



Se ligue, compartilhe e participe. O Sindicato somos nós!

Olhar Crítico: Desvendando o Cenário Político

O PLP 93/2023, que institui o Regime Fiscal Sustentável e ficou conhecido como Novo Arcabouço Fiscal, foi apresentado pelo governo e aprovado pela Câmara dos Deputados (o texto aguarda votação no Senado) como um mecanismo de controle do endividamento público, em substituição à Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (teto de gastos). A medida estava prevista na EC Nº 126/2022 (PEC da transição) e desafiou o Ministério da Fazenda, conduzido por Fernando Haddad, a fazer as articulações políticas necessárias para sua aprovação no parlamento.

Indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para relatar o referido PLP, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) introduziu regras mais restritivas à proposta original do governo, o que faz com que o texto aprovado na Câmara não seja muito diferente, em seus objetivos, da EC 95/2016. Embora permitindo um acréscimo de 0,6% a 2,5% nos investimentos em serviços públicos do governo federal, em relação ao valor investido no ano anterior, a flexibilidade depende do governo cumprir vários requisitos, como atingir a meta de superávit primário e promover o crescimento da receita federal em relação ao ano anterior, por exemplo.

A aprovação do Regime Fiscal Sustentável por ampla maioria na Câmara dos Deputados, na noite do dia 23/05, com 372 votos favoráveis e 108 votos contrários, não pode ser considerada uma vitória total do governo Lula. O relatório do deputado Cláudio Cajado condicionou a complementação do governo federal ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ao cumprimento da meta, o que foi objeto de insatisfação para parte da bancada que apoia o governo, sobretudo parlamentares comprometidos com a bandeira da educação.

Para esses parlamentares e para entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, a tramitação do projeto no Senado permitirá a apresentação de emendas que excluam o FUNDEB da proposta. A senadora Professora Dorinha Seabra Rezende (UB-TO), por exemplo, já manifestou publicamente a sua contrariedade com o texto que saiu da Câmara, no que se refere ao Fundo, e condicionou o seu voto pela aprovação da proposta à exclusão da complementação, o que não deverá acontecer. A expectativa apresentada pelo líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, é que a conclusão da votação do arcabouço fiscal, no Senado, aconteça até o dia 15/06.

Coluna do Assessor Político do ATENS SN, Francisco Domingos



Lugar de Aposentado é no Sindicato

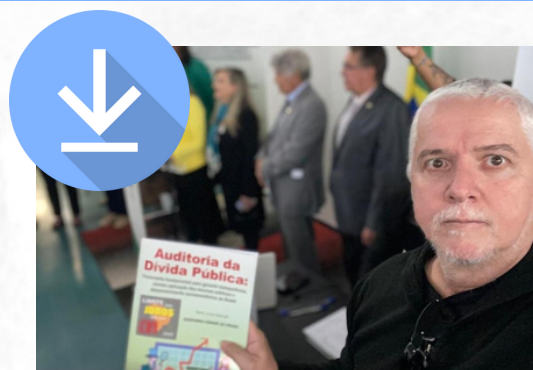
No dia 16 de junho, o ATENS SN e as Seções Sindicais realizarão encontros especiais em comemoração ao Dia do Servidor Público Aposentado. Uma oportunidade para discutir lutas, demandas e fortalecer laços. Confira o local e horário do encontro na sua seção sindical e convide um colega aposentado para participar.

Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

O ATENS Sindicato Nacional marcou presença no lançamento da Cartilha da Auditoria da Dívida Pública, na Câmara dos Deputados Federais. O evento teve como objetivo principal alertar os parlamentares sobre os impactos prejudiciais do Arcabouço Fiscal na economia, na sociedade e na estrutura do Estado brasileiro, especialmente para os servidores públicos.

Intitulada "Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil", a Cartilha foi elaborada pela Auditoria Cidadã da Dívida, com o apoio de entidades parceiras. Sua divulgação é de extrema importância neste momento em que o país debate novas regras fiscais.

Baixe a Cartilha aqui: [CARTILHA Auditoria da Dívida Pública](#)



ATENS SN requer implementação do piso da Enfermagem nos cargos da saúde do PCCTAE

O ATENS Sindicato Nacional enviou um ofício à Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, solicitando medidas para implementar o piso salarial da Enfermagem nos cargos da área de saúde do PCCTAE. De acordo com a Lei nº 14.434/2022, enfermeiros devem receber no mínimo R\$ 4.750, técnicos de enfermagem R\$ 3.325 e auxiliares e parteiras R\$ 2.375.

No ofício, o ATENS destaca a necessidade de esclarecer os impactos financeiros dessa medida nos vencimentos dos servidores, de acordo com a nova Lei nº 14.581 e a decisão do STF na ADI 7222. O sindicato ainda aguarda resposta da Ministra e está comprometido em representar as demandas da categoria.

Atualização Cadastral Obrigatória para Servidores Públicos Federais

A atualização cadastral anual dos servidores públicos federais está em vigor de 1º de junho a 31 de julho de 2023. O objetivo, de acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), é aprimorar a gestão de políticas públicas e melhorar a qualidade e a utilidade das informações fornecidas à sociedade.

Para realizar a atualização, os servidores devem acessar o portal SouGov.br através do link <https://sougov.sigepe.gov.br/sougov/> ou pelo aplicativo.



ATENS CADA VEZ + PERTO

Receba, em primeira mão, as notícias do ATENS Sindicato Nacional no seu Whatsapp pela nossa lista de transmissão.

Para fazer parte da Lista de Transmissão, basta SALVAR o contato (31) 99856-3436 e enviar uma mensagem do seu Whatsapp informando o seu nome e sua Seção Sindical.

Não se esqueça de salvar o nosso número para receber as notícias. Ele precisa estar salvo no seu aparelho para que as mensagens cheguem até você. Não se preocupe, o envio de informações será por meio da "lista de transmissão". Isso significa que nenhuma outra pessoa, fora a comunicação do Sindicato, terá acesso ao seu contato.

Recebeu a informação e achou relevante, compartilhe! Recebeu e tem algo para pontuar ou comentar? Manda pra gente.

[instagram.com/snatens/](https://www.instagram.com/snatens/)

[facebook.com/atens.sn/](https://www.facebook.com/atens.sn/)

[youtube.com/atenssindicationacional](https://www.youtube.com/atenssindicationacional)

Entre no nosso grupo do telegram:

<https://t.me/atenssindicato>

Governo Federal divulga minuta do protocolo para criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente

Em uma reunião realizada em 24 de maio, o governo federal apresentou a minuta do protocolo para a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Paulo Menezes, Secretário Geral do ATENS Sindicato Nacional, participou da reunião representando a Pública - Central do Servidor.

A minuta apresentada define que a bancada governamental será composta por sete ministérios, enquanto a bancada sindical contará com doze entidades representativas dos servidores públicos federais e centrais de trabalhadores.

No entanto, as entidades expressaram preocupação com a ausência das Mesas Setoriais na minuta e com o calendário de tramitação das leis orçamentárias, que impõem limites de tempo para reajustes nos benefícios trabalhistas. Durante a reunião, Paulo Menezes questionou o motivo pelo qual não havia nenhuma referência sobre as Mesas Setoriais no protocolo proposto, uma vez que a expectativa era de que a reunião iniciasse o processo de negociação das pautas específicas das categorias.

Agora, as entidades sindicais têm até 12 de junho para apresentar suas sugestões, e uma nova reunião com o governo está marcada para 21 de junho.

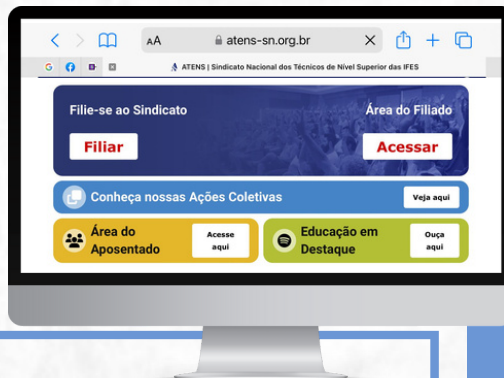


<http://>

O site do ATENS está de cara nova!

O ATENS Sindicato Nacional está orgulhoso de lançar seu novo site, com recursos incríveis, visual moderno e navegação intuitiva. Agora, os filiados do ATENS podem se manter atualizados com notícias, comunicados oficiais e eventos especiais.

Não perca tempo, visite agora mesmo o novo site do ATENS em: www.atens-sn.org.br



Atendimento - Diretoria Nacional
Secretaria
Tel: (31) 3879-3498
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
E-mail: juridico@atens-sn.org.br

ACOMPANHE O ATENS NAS REDES SOCIAIS